



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

INSTRUÇÕES

Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 80 questões objetivas, sendo 20 (vinte) referentes a cada grupo de disciplinas de Direito (Teoria Geral do Processo, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Penal) e 1(uma) questão contendo o tema para redação. Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.

Verifique também o Cartão de Resposta que deve conter 4 (quatro) grupos referente a cada grupo de disciplinas, com os campos para as respostas.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA

NÃO ESQUEÇA de assinar o **CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA** e de **INSERIR O NÚMERO DE SUA INSCRIÇÃO NA FOLHA DE RESPOSTA DA REDAÇÃO.**

O candidato não poderá levar o caderno de questões. Sendo somente permitidas a retirada da Folha de Rascunho da redação. Será fornecido um gabarito-rascunho para que o candidato marque suas respostas para posterior conferência com o gabarito oficial..

O candidato só poderá deixar o local da prova após 60(sessenta) minutos do início desta.

Qualquer conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato.

Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Resposta.

Todos os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados, bem como relógios de qualquer tipo deverão ser guardados juntamente com o candidato.

O Exame terá duração de 4 (quatro) horas que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, redação e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas.

BOA SORTE !



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

GRUPO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

1) Podem ser apontadas como características exclusivas da jurisdição, aptas a distingui-la das demais funções do Estado:

- (a) Caráter substitutivo e escopo de fazer atuar a vontade concreta do direito objetivo.
- (b) Definitividade e escopo de promover o interesse público.
- (c) Cometimento ao Poder Judiciário e escopo de promover o bem comum.
- (d) Inércia e escopo de criar o direito objetivo.
- (e) Contraditório e ampla defesa.

2) No âmbito cível, cabe ao Ministério Público intervir em todos os processos abaixo indicados, exceto um. Assinale a exceção:

- (a) o processo em que seja parte pessoa incapaz;
- (b) o processo que envolva litígio coletivo pela posse da terra rural;
- (c) o processo de execução fiscal;
- (d) o processo em que haja interesse público primário evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte;
- (e) o processo disciplinado pela Lei 4.717/65.

3) À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode afirmar:

- (a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (b) Violam a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa e a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade da demanda.
- (c) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (d) Somente podem ser dispensadas a publicidade e a fundamentação das decisões judiciais quando, sendo estritamente necessário para preservar o direito das partes à intimidade, inexistir prejuízo ao

direito público de informação.

- (e) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

4) A propósito das teorias da ação, não se pode afirmar:

- (a) A teoria da ação como direito potestativo de agir foi defendida por Chiovenda.
- (b) Para a teoria eclética, o direito de ação só existe quando também existe o direito material alegado pela parte autora, com o qual guarda relação de acessoriedade.
- (c) Dizia o art. 75 do Código Civil de 1916: “A todo direito corresponde uma ação, que o assegura”, tendo sido inspirado pela teoria imanentista.
- (d) A teoria eclética da ação foi acolhida pelo Código de Processo Civil vigente (*vide* o art. 267, inc. VI).
- (e) Para a teoria do direito abstrato de agir, a ação é o direito de provocar o exercício da atividade jurisdicional, independentemente da existência do direito material alegado.

5) A propósito do Ministério Público enquanto sujeito da relação processual, pode-se afirmar:

- (a) Diversamente do que ocorre no processo penal, não se aplicam ao membro do Ministério Público, no processo civil, os motivos de suspeição e impedimento do juiz.
- (b) Diversamente do que ocorre no processo civil, não se aplicam ao membro do Ministério Público, no processo penal, os motivos de suspeição e impedimento do juiz.
- (c) Cabe ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal. É o que estabelecem o art. 129, inc. I, da Constituição e o art. 257, inc. I, do Código de Processo Penal.
- (d) No processo civil, o Ministério Público conta com prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer; portanto, no procedimento ordinário, pode contestar em até 60 (sessenta) dias, apelar em até 40 (quarenta) dias e agravar em até 20 (vinte) dias.
- (e) No processo civil, o Ministério Público conta com prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer; portanto, no procedimento ordinário, pode contestar em até 60 (sessenta) dias, apelar em até 30 (trinta) dias e agravar em até 20 (vinte) dias.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

6) A propósito das condições da ação, pode-se afirmar:

- (a) A legitimidade *ad causam* identifica-se com o trinômio: legitimidade de ser parte, de estar em juízo e de postular em juízo.
- (b) A decisão liminar positiva do juiz, determinando a citação, gera preclusão, pois não obsta que posteriormente seja extinto o processo sem resolução de mérito, se constatada a ausência de condição da ação.
- (c) O Ministério Público possui legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- (d) O Ministério Público possui legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- (e) Todas as assertivas anteriores estão incorretas.

7) A propósito das distinções entre o processo civil e o processo penal, pode-se afirmar:

- (a) Diversamente do processo civil, o processo penal não conhece exceção ao princípio da inércia do órgão jurisdicional.
- (b) Diversamente do que ocorre no processo penal, o juiz não pode produzir provas de ofício no processo civil.
- (c) Diversamente do processo penal, o processo civil não conhece exceção ao princípio da inércia do órgão jurisdicional.
- (d) Diversamente do que ocorre no processo civil, o juiz não pode produzir provas de ofício no processo penal.
- (e) Todas as assertivas anteriores estão incorretas.

8) Sobre o relacionamento entre as instâncias cível e criminal, assinale a assertiva correta:

- (a) Como o ilícito penal é um agravamento do ilícito civil, e não algo diverso, todas as suas consequências, incluindo as cíveis, devem ser apuradas no processo penal.
- (b) As instâncias cível e criminal são duas retas paralelas, que não se interceptam jamais, pois a sentença cível não faz coisa julgada no juízo criminal.
- (c) A sentença penal condenatória torna certa a

obrigação de indenizar, mas a absolutória é indiferente ao julgamento da ação civil.

(d) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal ou o exercício regular de direito.

(e) Todas as assertivas anteriores estão incorretas.

9) A propósito da jurisdição voluntária, assinale a assertiva correta:

(a) Na concepção tradicional, os meios alternativos de composição de litígios integram a chamada jurisdição voluntária.

(b) Diferentemente da jurisdição contenciosa, a jurisdição voluntária somente pode ser provocada pela propositura de uma ação de iniciativa privada.

(c) Na concepção doutrinária mais recente, embora minoritária, a jurisdição voluntária consiste na administração pública de interesses privados a cargo do Poder Judiciário, desprovida, portanto, de uma natureza verdadeiramente jurisdicional.

(d) De acordo com a doutrina revisionista, a jurisdição voluntária, assim como a contenciosa, tem por objeto o julgamento de uma lide, ou seja, de um conflito de interesses qualificado pela pretensão resistida; portanto, também deve ser considerada atividade jurisdicional.

(e) Todas as assertivas anteriores estão incorretas.

10) A propósito dos pressupostos processuais, assinale a assertiva correta ou, se todas estiverem corretas, assinale “e”:

(a) A doutrina diverge na identificação dos elementos que integram a categoria dos pressupostos processuais.

(b) “Capacidade para ser parte” e “capacidade de direito” são expressões sinônimas, embora os processualistas prefiram a primeira e os civilistas, a segunda.

(c) Pode ser considerado pressuposto processual tudo o que for indispensável para a prolação de uma sentença de mérito.

(d) São pressupostos processuais a demanda regularmente formulada e as condições da ação, pois, por um lado, a jurisdição somente se exerce mediante a provocação adequada e, por outro, tais condições também são necessárias para que tenha



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

lugar o julgamento de mérito.

(e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

11) Assinale a assertiva incorreta ou, se todas estiverem incorretas, assinale “e”:

(a) Das Justiças especializadas (art. 92, incs. IV, V e VI, da CRFB), apenas a Justiça do Trabalho é desprovida de competência para processar e julgar ações penais.

(b) À Justiça Federal compete julgar as causas em que seja parte o Banco do Brasil.

(c) A Justiça Militar da União detém competência para julgar réus civis que pratiquem crimes militares definidos em lei.

(d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador.

(e) Todas as assertivas anteriores estão incorretas.

12) Assinale a assertiva incorreta ou, não havendo, assinale “e”:

(a) No processo penal, em razão do disposto no art. 5º, LVII, da Constituição, o julgamento de mérito somente se verifica após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

(b) É, em regra, vedada a autotutela, como retratado pelo art. 345 do Código Penal.

(c) O Ministério Público pode tomar compromisso de ajustamento de conduta, que terá a eficácia de título executivo extrajudicial.

(d) O compromisso de ajustamento de conduta, previsto no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, agasalha uma solução extrajudicial negociada de conflito coletivo *lato sensu*.

(e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

13) A propósito das provas, assinale a assertiva correta ou a opção “e”, se houver mais de uma correta:

a) Nessa matéria, vigora o princípio da tipicidade (arts. 342 e ss. do CPC e 158 e ss. do CPP).

(b) No processo civil, a regra geral é esta: o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato

impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 333 do CPC).

(c) Em razão do princípio da presunção de inocência, a prova das alegações, incluindo as apresentadas pela defesa, é ônus do Ministério Público no processo penal (art. 156 do CPP).

(d) Em regra, são suficientes os elementos probatórios colhidos no inquérito policial, dispensando-se a repetição das provas durante o processo penal, em homenagem ao direito a um processo em tempo razoável (art. 5º, inc. LXXVIII, da CRFB).

(e) Há mais de uma assertiva correta entre as anteriores.

14) Em matéria de eficácia da lei processual no tempo, assinale a assertiva correta ou a opção “e”, se houver mais de uma correta:

(a) A lei processual nova aplica-se desde logo aos processos pendentes, respeitada a validade e eficácia dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

(b) Aplica-se o princípio da territorialidade.

(c) Aplica-se o princípio da ubiquidade.

(d) Quanto aos processos pendentes, adota-se o denominado “sistema da unidade processual”.

(e) Há mais de uma assertiva correta entre as anteriores.

15) A propósito das nulidades, assinale a opção que completa corretamente as seguintes frases:

I -... foi acolhido pelos arts. 113, § 2º, do Código de Processo Civil e 567 do Código de Processo Penal.

II -... preconiza que não deve ser invalidado o ato processual praticado em desconformidade com a lei, quando inexistir prejuízo, isto é, quando estiverem resguardados os objetivos visados pela lei ao prescrever certa forma ao ato.

III -... Impõe que a nulidade de um ato processual contamine os atos posteriores dele dependentes.

IV -... foi abraçado pelo art. 565 do Código de Processo Penal: “*Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse*”.

Naturalmente, esse princípio somente pode ser invocado quando a forma legal desatendida é



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

imposta no interesse das partes.

(a) I - O princípio da instrumentalidade das formas...; II - O princípio do prejuízo...; III - O princípio da dependência...; IV - O princípio da legitimidade...

(b) I e II - O princípio da razoabilidade processual...; III - O princípio da contaminação...; IV - O princípio do interesse...

(c) I - O princípio da economia processual...; II - O princípio da instrumentalidade das formas...; III - O princípio da causalidade...; IV - O princípio do interesse...

(d) I e II - O princípio da instrumentalidade das formas...; III - O princípio da interdependência...; IV - O princípio da legitimidade...

(e) I - O princípio da razoabilidade processual...; II - O princípio do prejuízo...; III - O princípio da dependência...; IV - O princípio da legitimidade...

16) Assinale a opção que completa corretamente as seguintes frases:

I – conflito de competência entre o STJ e o TSE deverá ser suscitado ao...

II – O conflito de competência entre juízo estadual e juízo federal, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro, deverá ser suscitado ao...

III – O conflito de competência entre juízo especial federal e juízo federal, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro, deverá ser suscitado ao...

IV – O conflito de competência entre juízos federais de seções judiciárias diversas deverá ser suscitado ao...

(a) I – STF; II – TRF da 2ª Região; III – TRF da 2ª Região; IV – STJ.

(b) I – próprio STJ ou STF, se o conflito verificar-se entre o Plenário do STJ e o TSE; II – TRF da 1ª Região; III – STF; IV – TRF ao qual esteja vinculado o suscitante.

(c) I – STF; II – STJ ou TRF da 2ª Região, na

hipótese do art. 109, § 3º, da Constituição; III – TRF da 2ª Região; IV – STJ.

(d) I – próprio STJ; II – STJ; III – TRF da 1ª Região; IV – TRF ao qual esteja vinculado o suscitado.

(e) I – próprio STJ; II – TRF da 1ª Região; III – STJ; IV – TRF da 1ª Região.

17) Avalie as assertivas abaixo e assinale a opção

certa:

I - A doutrina identifica três espécies de preclusão: temporal, lógica e consumativa.

II - A preclusão temporal é a perda de uma faculdade, poder ou direito processual decorrente da incompatibilidade lógica entre a prática de um ato e outro anteriormente praticado.

III - A preclusão lógica decorre do exercício prévio e válido da faculdade, poder ou direito processual.

IV - A preclusão consumativa decorre do não-exercício da faculdade, poder ou direito processual no prazo legal.

(a) Todas estão incorretas.

(b) III e IV estão incorretas, embora nem todas o estejam.

(c) Apenas IV está incorreta.

(d) Apenas I e III estão corretas.

(e) Todas estão corretas.

18) Avalie as assertivas abaixo à luz da legislação e jurisprudência pátrias. Em seguida, assinale a opção certa:

I – O Ministério Público não pode desistir da ação penal.

II – Embora seja vedada a edição de medida provisória em matéria penal, inexistente tal vedação em matéria processual penal.

III – Em qualquer fase do processo penal, o juiz, se reconhecer extinta da punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

IV – No processo civil, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatório ou de ordem.

(a) Todas estão incorretas.

(b) III e IV estão incorretas, embora nem todas o estejam.

(c) Apenas IV está incorreta.

(d) Apenas I e III estão corretas.

(e) Todas estão corretas.

19) Assinale a opção que correlaciona acertadamente os itens indicados por algarismos romanos e arábicos:

I – Ação penal pública incondicionada;

II – Ação penal pública condicionada;

III – Ação penal de iniciativa exclusivamente privada;

IV – Ação penal privada subsidiária da pública.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

- 1 – Requisição do Ministro da Justiça.
2 – Regra geral.
3 – Omissão do Ministério Público, durante o prazo legal, em propor a denúncia, requisitar diligências complementares ou promover o arquivamento.
4 – Perdão e preempção.
5 – Representação do ofendido.
(a) I = 2 e 4; II = 1 e 4; III = 5; IV = 3.
(b) I = 1 e 2; II = 4; III = 5; IV = 1 e 3.
(c) I = 2; II = 1 e 5; III = 4; IV = 3.
(d) I = 2; II = 1, 4 e 5; III = 4; IV = 3 e 4.
(e) I = 4; II = 1 e 2; III = 3, 4 e 5; IV = 3 e 5.
-

20) Assinale a opção que correlaciona acertadamente os itens indicados por algarismos romanos e arábicos:

- I – Advocacia-Geral da União;
II – Defensoria Pública dos Estados;
III – Defensoria Pública da União;
IV – Ministério Público dos Estados;
V – Ministério Público Federal.
1 – Havendo indícios suficientes da prática de crime em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, propõe, privativamente, a devida ação penal pública.
2 – Havendo indícios suficientes da prática de contravenção ou ato infracional em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, propõe, respectivamente, a devida ação penal pública ou ação para a imposição de medida socioeducativa ao adolescente infrator.
3 – Atua em causas de competência estadual.
4 – Presta orientação jurídica aos necessitados e defende-os em juízo.
5 – Presta consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo federal.
6 – Requisita à polícia judiciária a realização de diligências investigatórias e a instauração de inquérito.
(a) I = 5; II = 3; III = 4; IV = 6; V = 1 e 2.
(b) I = 1, 2 e 5; II = 3; III = 4 e 5; IV = 2, 3 e 6; V = 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
(c) I = 5 e 6; II = 3 e 4; III = 4 e 5; IV = 3, 4 e 6; V = 1, 2, 4, 5 e 6.
(d) I = 4 e 6; II = 3 e 6; III = 3, 4, 5 e 6; IV = 2, 3 e 4; V = 1, 4 e 6.
(e) I = 5; II = 3 e 4; III = 4; IV = 2, 3 e 6; V = 1 e 6.
-

GRUPO II – DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Assinale, entre as questões abaixo, a opção que NÃO descreve regra do sistema de repartição de competências da federação brasileira:

- (a) exercício pela União das competências materiais para atos típicos de soberania
(b) atribuição de competência residual em matéria tributária aos Estados da federação
(c) definição da competência municipal com base no critério do interesse local
(d) existência de competências concorrentes entre União, Estados e também Distrito Federal.
(e) possibilidade excepcional de os Estados legislares no âmbito da competência da União para fixar normas gerais sobre matéria de competência concorrente.
-

22) NÃO constitui regra aplicável no sistema de controle de constitucionalidade concentrado brasileiro, exercido no plano federal pelo Supremo Tribunal Federal:

- (a) o princípio da presunção de constitucionalidade determina que, diante da existência de ao menos um sentido constitucional para a norma impugnada, a arguição de inconstitucionalidade deve ser rejeitada.
(b) declarada a inconstitucionalidade da norma, sua nulidade somente pode deixar de ser aplicada em casos excepcionais e segundo a deliberação de 2/3 dos Ministros da Corte.
(c) Em hipótese alguma é possível ao Supremo Tribunal Federal solicitar que o Congresso Nacional vote uma nova lei para substituir norma considerada inconstitucional.
(d) Somente se admite que norma distrital seja objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF se se tratar de matéria afeta à competência dos Estados
(e) A revogação da lei impugnada gera a perda do objeto devendo a Ação Direta de Inconstitucionalidade ser arquivada.
-

23) Ainda sobre o controle de constitucionalidade no Brasil NÃO é correto afirmar o seguinte:

- (a) também no âmbito do controle concreto e difuso o juiz poderá declarar antecipadamente a inconstitucionalidade e conceder liminar à parte requerente, suspendendo sua aplicação do ato normativo no caso *sub judice*.
(b) no caso do controle concreto, a arguição de inconstitucionalidade transfere para o órgão fracionário, por força do princípio de reserva de plenário, a competência para julgar a causa, exigindo-se maioria absoluta.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

(c) o controle de constitucionalidade exercido na via incidental poderá ser aferido em face da constituição vigente à época em que foi editada a lei ou ato normativo impugnado

(d) o controle difuso pode ter por objeto lei municipal arguida incompatível diretamente com o texto da constituição federal

(e) a revogação da lei arguida inconstitucional não implica na perda do interesse da ação em que se discute incidentalmente a questão da constitucionalidade.

24) Qual das alternativas abaixo NÃO está em conformidade com a distribuição de competências federativas da Constituição da República?

(a) competência da União para legislar privativamente sobre direito civil, eleitoral, desapropriação e sistemas poupança.

(b) competência do Distrito Federal para legislar sobre organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

(c) competência dos Estados para legislar concorrentemente com a União sobre procedimentos em matéria processual

(d) competência dos Estados para legislar sobre Defensoria Pública e seus serviços

(e) desde que exista lei complementar autorizativa, os Estados poderão legislar sobre questões específicas do regime dos Portos.

25) Sobre a federação brasileira NÃO é correto afirmar:

(a) apresenta a peculiaridade de conferir estatura de ente federativo aos Municípios, especificidade que não se repete em modelos federativos no direito comparado.

(b) foi criada a partir de um processo de descentralização política

(c) contém a figura do distrito federal como ente anômalo com competências parcialmente tuteladas

(d) adota o critério a distribuição taxativa das competências dos entes federativos

(e) é cláusula inserida no núcleo duro imodificável do texto constitucional.

26) Sobre os Municípios na Constituição de 1988 NÃO é correto afirmar:

(a) a autonomia municipal atingiu grau máximo no sistema federativo brasileiro, conferida que foi aos Municípios a estatura de entes da federação.

(b) organizam-se através de lei orgânica e têm competências tributárias próprias

(c) têm competência para prestar desde que pelo regime de concessão o serviço de transporte coletivo

(d) estão obrigados a disponibilizar anualmente suas contas por sessenta dias, que ficarão à disposição de qualquer contribuinte.

(e) os vereadores gozam apenas de imunidade material.

27) Segundo a interpretação do STF, o princípio constitucional da ampla defesa:

(a) garante aos litigantes, inclusive em processos administrativos, a faculdade de ter acesso a todos os termos do processo, contraditar e produzir provas e se manifestar em todas as suas fases.

(b) garante ao defensor, no interesse de seu representado, mesmo em hipóteses de procedimento apenas investigatório, o direito de ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados.

(c) abrange o direito ao duplo grau de jurisdição

(d) faz imprescindível para a validade do processo penal a presença da defesa técnica

(e) determina a nulidade do julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos de renúncia do defensor, o réu não tiver sido intimado para constituir outro.

28) Sobre o processo legislativo pátrio é correto afirmar que:

(a) o veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional poderá ser derrubado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores, em sessões de votação realizadas em cada Casa e escrutínio secreto.

(b) existem limitações materiais à edição de emendas constitucionais mas não à de medidas provisórias

(c) o *quorum* de deliberação do processo legislativo das emendas constitucionais é de maioria absoluta dos Membros da Casa deliberante

(d) o Presidente da República pode apor veto jurídico a projeto de lei aprovado no congresso nacional por razões de conveniência e oportunidade

(e) o processo legislativo das emendas constitucionais dispensa a homologação pelo Presidente da República.

29) Quanto às imunidades parlamentares NÃO é correto afirmar que:

(a) a imunidade formal do parlamentar do congresso nacional abrange regras especiais relativas ao processo criminal e à prisão

(b) a imunidade material exige que a manifestação do congressista tenha ao menos um laço de



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

implicação entre o ato praticado e a qualidade de mandatário político do agente.

(c) a imunidade formal dos parlamentares não pode alcançar crimes ocorridos antes do exercício do mandato

(d) gozam da imunidade material os parlamentares de todos os níveis da federação e em todo território nacional

(e) a promulgação da Emenda Constitucional nº 35/2001 acabou com a necessidade de licença prévia para o processamento criminal de parlamentar perante o STF.

30) Sobre o mecanismo da intervenção federal, é correto afirmar:

(a) cuida-se de um mecanismo constitucional ordinário de defesa da autonomia federativa

(b) pode ser decretada com base nas hipóteses arroladas indicativamente na Constituição.

(c) não pode ser acionado em casos de inércia dos chefes do executivo

(d) diante da configuração política atual admite-se a intervenção da União em município

(e) o procedimento de intervenção nem sempre está submetido ao controle político do congresso nacional.

31) Assinale a alternativa correta:

(a) De acordo com o entendimento STF, os tratados internacionais sobre direitos humanos têm hierarquia constitucional.

(b) Pelo princípio da hierarquia das normas, as leis só podem restringir direitos fundamentais constitucionalmente positivados quando houver autorização expressa do texto constitucional.

(c)- Para o STF, a eficácia horizontal dos direitos fundamentais é indireta.

(d) O princípio da proporcionalidade limita as restrições de direitos fundamentais, mas não pode ser invocado para a demanda de prestações estatais positivas.

(e) Todas as alternativas acima são incorretas.

32) Leia as afirmativas abaixo e depois responda:

(I) O princípio da supremacia do interesse público significa que os interesses coletivos devem sempre preponderar sobre os direitos individuais.

(II) O princípio da dignidade da pessoa humana compreende o imperativo kantiano de não instrumentalização da pessoa para a realização de metas coletivas.

(III) Infere-se da Constituição de 88 o direito ao respeito da identidade sexual.

(IV) O princípio do devido processo legal possui uma dimensão substantiva, que é associada à exigência de razoabilidade na conduta estatal.

(V) O direito à moradia, por estar consagrado em norma constitucional programática, não dá ensejo à reivindicação jurisdicional de prestações positivas.

(a) São corretas apenas as respostas I, III e IV.

(b) São incorretas as respostas I e V.

(c) São corretas as respostas II, III, IV e V.

(d) Todas as respostas são corretas.

(e) São corretas apenas as respostas III e IV.

33) Assinale a alternativa correta

(a) A liberdade de expressão não protege a defesa da legalização de comportamentos tipificados pela legislação penal.

(b) O direito à privacidade é violado sempre que um indivíduo grava uma conversa mantida com outro, sem o conhecimento do segundo.

(c) O princípio da laicidade estatal veda que o Estado conceda benefícios de qualquer espécie a entidades ligadas a igrejas ou cultos religiosos.

(d) A Constituição protege o direito de minorias étnico-culturais a viverem de acordo com as suas próprias tradições.

(e) Todas as respostas acima estão incorretas.

34) De acordo com a jurisprudência do STF:

(a) A prisão civil do depositário infiel é cabível, mas não a do devedor na alienação fiduciária em garantia.

(b) A presunção de inocência é incompatível com a decretação de prisão do acusado antes do trânsito em julgado da decisão condenatória.

(c) As provas ilícitas são inadmissíveis no processo, mas não aquelas provas válidas em si mesmas, mas obtidas em decorrência de uma prova ilícita originária.

(d) A ausência de dotação orçamentária suficiente não é obstáculo insuperável para a concretização judicial de políticas públicas voltadas a garantia de direitos sociais.

(e) Todas as respostas acima estão incorretas.

35) Leia as afirmativas abaixo e depois responda

(I) O direito à ampla defesa impõe exigências mais robustas no âmbito do Processo Penal do que no Processo Civil, em razão da natureza do bem jurídico envolvido no primeiro: a liberdade ambulatorial.

(II) A educação para estudantes com deficiência deve ocorrer preferencialmente em instituições especializadas, que têm melhores possibilidades de



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

proporcionar a estes alunos um serviço educacional compatível com as suas necessidades especiais.

(III) Em matéria de Direito Intertemporal, a Constituição de 88 adotou a teoria subjetiva, de proveniência italiana, que tem como eixo a ideia de incorporação do direito à esfera jurídica do seu titular.

(IV) O princípio da legalidade impede que a Administração Pública atue em casos em que não haja previsão legal do seu comportamento, com base direta na Constituição.

(V) A reparação de danos morais ou materiais decorrentes de violação de direitos fundamentais é, pela sua própria natureza, imprescritível.

(a) São corretas apenas as respostas I, II e III.

(b) Apenas as respostas II e V são incorretas.

(c) São corretas as respostas I, III e V.

(d) Apenas as respostas I e III são corretas.

(e) Apenas as respostas IV e V são incorretas.

36) Assinale a resposta incorreta.

(a) O princípio da igualdade não é incompatível com medidas de discriminação positiva engendradas em favor de grupos vulneráveis.

(b) A liberdade de imprensa impede a censura prévia, mas não incide no momento posterior à manifestação, no contexto da responsabilização civil ou penal.

(c) Constituem cláusulas pétreas não apenas os direitos individuais, arrolados no art. 5º da Constituição, mas também outros direitos fundamentais, ainda que não inseridos no catálogo de direitos presente no texto constitucional.

(d) O princípio da proteção da confiança legítima pode justificar, em determinados casos, a preservação dos efeitos de atos estatais nulos, em favor de pessoas de boa-fé.

(e) O direito ao meio ambiente tem como titulares não só os indivíduos e coletividades hoje existentes, mas também as gerações futuras.

37) Assinale a resposta incorreta

(a) A Constituição pode ser alterada através de reforma e de mutação constitucional. A mutação constitucional ocorre quando a mudança constitucional não decorre de qualquer alteração do texto da Lei Maior.

(b) De acordo com a teoria constitucional mais ortodoxa, o poder constituinte originário é incondicionado. Daí porque, possíveis vícios no processo legislativo seguido durante a Assembleia Constituinte em nada afetam a validade dos dispositivos ao final inscritos no texto constitucional.

(c) As normas que compõem o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias desfrutam da mesma hierarquia daquelas que compõem o corpo permanente da Constituição. Porém, algumas destas normas possuem eficácia exaurida.

(d) O princípio da máxima efetividade da Constituição deve levar o intérprete a extrair a maior carga de efeitos possível dos preceitos constitucionais.

(e) Não cabe ao legislador interpretar a Constituição, mas sim ao Poder Judiciário, especialmente ao STF, cuja missão precípua é ser o guardião da nossa Lei Fundamental.

38) Marque a resposta certa.

(a) As emendas constitucionais devem ser aprovadas pelo voto de 3/5 dos membros da Câmara e do Senado presentes na sessão de votação, por duas votações sucessivas em cada casa.

(b) Os princípios constitucionais desfrutam de hierarquia axiológica superior à das regras constitucionais, razão pela qual prevalecem sobre elas, em casos de colisão.

(c) O principal instrumento metodológico para a ponderação entre interesses constitucionais colidentes é o princípio da proporcionalidade.

(d) Na interpretação constitucional deve-se sempre priorizar o sentido técnico das palavras e expressões empregadas pelo constituinte, em detrimento do seu sentido na linguagem ordinária.

(e) Todas as respostas acima são incorretas.

39) Leia os enunciados abaixo e responda:

(I) Para o STF, os efeitos do mandado de injunção equiparam-se aos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, cabendo à Corte, em ambos os casos, apenas a notificação do órgão em mora para que elabore a norma jurídica reclamada pela Constituição.

(II) A ação civil pública pode ser utilizada para a defesa de direitos difusos e coletivos, mas não para a tutela de direitos individuais homogêneos de natureza disponível.

(III) Apenas o cidadão pode propor ação popular. Por isso, em nenhuma hipótese o Ministério Público pode assumir o pólo ativo destas demandas.

(IV) Sempre que houver denegação injustificada do direito de acesso à informação de caráter público caberá a impetração do *habeas data*.

(V) Não pode a lei instituir prazo para a impetração de mandado de segurança, uma vez que, tendo o remédio estatuto constitucional, não pode o legislador infraconstitucional limitá-lo.

(a) É correto apenas o enunciado IV



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

- (b) Os enunciados I, II, IV e V são incorretos.
(c) Os enunciados II, III, IV e V são incorretos.
(d) É correto apenas o enunciado V
(e) Todos os enunciados são incorretos.

40) Assinale a afirmativa incorreta

- (a) O campo de aplicação do princípio da proibição do retrocesso é o dos direitos sociais.
(b) De acordo com a jurisprudência do STF, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem decretar, fundamentadamente, a quebra de sigilos bancário e fiscal.
(c) O chamado privilégio contra a auto-incriminação se estende também aos processos administrativos.
(d) O reconhecimento da função social da propriedade importa que, em nosso ordenamento, seja possível reconhecer que o titular da propriedade não possui apenas direitos, mas também deveres em relação à coletividade.
(e) A reaquisição dos direitos políticos, após o cumprimento de pena, é automática, independentemente de reconhecimento judicial.

GRUPO III - DIREITO CIVIL

41) No que respeita aos efeitos da mora, está correto afirmar que:

- (a) A renúncia relativa aos direitos decorrentes da mora é forma de sua purgação.
(b) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, exceto nas hipóteses de caso fortuito e de força maior.
(c) Ainda que agindo dolosamente, o devedor não tem responsabilidade pela conservação da coisa, na hipótese de mora do credor.
(d) A culpa do devedor não é requisito essencial à configuração da mora.
(e) Nas obrigações provenientes de delito, a mora se estabelece a partir da data da sentença condenatória.

42) A respeito das diferenças e semelhanças entre prescrição e decadência, no Código Civil, é correto afirmar que:

- (a) A prescrição acarreta a extinção do direito potestativo, enquanto a decadência gera a extinção do direito subjetivo.
(b) Os prazos prescricionais podem ser suspensos e interrompidos, enquanto os prazos decadenciais legais não se suspendem ou nem se interrompem, com exceção da hipótese de titular de direito absolutamente incapaz, contra o qual não correm tais prazos.

- (c) Não se pode renunciar à decadência legal nem à prescrição, mesmo após sua consumação.
(d) A prescrição é exceção que deve ser alegada pela parte a quem beneficia, enquanto a decadência pode ser declarada de ofício pelo juiz.
(e) Nenhuma das alternativas acima é aceitável.

43) Com relação ao direito da pessoa natural, assinale a opção correta.

- (a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis, inatos ou decorrentes, perpétuos e insuscetíveis de apropriação.
(b) A capacidade de exercício é imanente a toda pessoa, o que significa dizer que toda pessoa tem capacidade de adquirir direitos e de contrair obrigações.
(c) A emancipação voluntária ocorre pelo exercício de emprego público efetivo.
(d) Mesmo antes de transitada em julgado, a sentença que decretar nulidade ou anulação do casamento deve ser registrada no cartório competente.
(e) Certos direitos da personalidade podem ser alienados, como os direitos do autor de obra artística ou literária.

44) Assinale a opção correta:

- (a) O Ministério Público é titular, em geral, de legitimidade para requerer a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de associação.
(b) Por ser dotada de dignidade, estende-se à pessoa jurídica a aplicação de todos os direitos de personalidade reconhecidos ao ser humano.
(c) Na hipótese de decisão judicial determinar a desconsideração da pessoa jurídica de uma sociedade seus atos constitutivos serão objeto de restrição no registro competente.
(d) A decisão de desconsideração da pessoa jurídica, tal como previsto no Código Civil, permite apenas que os efeitos de certas e determinadas relações jurídicas alcancem o patrimônio dos sócios e até mesmo dos seus administradores.
(e) Em casos de abuso de personalidade, por desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o magistrado pode determinar, de ofício, a desconsideração da pessoa jurídica.

45) No que se refere às normas relativas aos bens e a sua classificação, assinale a opção NÃO CORRETA.

- (a) Os bens públicos dominicais são disponíveis e alienáveis.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

(b) A energia elétrica e os direitos autorais são considerados bens móveis.

(c) Imóveis por acessão intelectual é tudo aquilo que o homem incorporar permanentemente ao solo, de modo que não se possa retirar sem destruição.

(d) A moeda, como coisa, é incerta e fungível.

(e) Acessões introduzidas pelo homem são consideradas coisas imóveis quando a estes incorporadas.

46) A respeito da invalidade ou ineficácia dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(a) O negócio jurídico resultante do vício de coação não é passível de confirmação, por ser nulo de pleno direito.

(b) Configura-se o vício de lesão quando alguém, premido pela necessidade de salvar-se a si próprio, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação onerosa.

(c) São anuláveis os negócios jurídicos por vício de erro.

(d) São nulos os negócios jurídicos por vício de dolo.

(e) É nula a alienação de bens em detrimento de credor de dívida líquida vencida e não paga pelo alienante, no curso de cobrança judicial.

47) Considerando o importante efeito do decurso de tempo, tanto na aquisição como na extinção de certos direitos, assinale a opção correta.

(a) Se as partes resolverem ampliar o prazo prescricional, deverão fazê-lo por escrito.

(b) O juiz só pode conhecer de ofício a prescrição para favorecer o absolutamente incapaz.

(c) Se a decadência for convencional, o juiz não poderá suprir a alegação.

(d) Se a prescrição não estiver consumada, a renúncia à possibilidade de alegá-la deverá ser expressa.

(e) A prescrição do direito não corre em relação aos maiores de 70 anos.

48) Quanto à cláusula penal, prevista em negócio jurídico para o caso de inadimplemento de obrigação, é correto afirmar.

(a) Se estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, referir-se-á, sempre, à inexecução completa da obrigação.

(b) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.

(c) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue e prove ter havido prejuízo.

(d) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula

penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

(e) Estipulada uma cláusula penal em contrato bilateral, tem esta natureza de obrigação alternativa, competindo, pois, ao devedor escolher.

49) O pagamento feito a credor putativo por devedor de boa-fé será considerado:

(a) Válido e eficaz ainda que fique provado depois que quem recebeu não era credor.

(b) Válido, desde que não fique provado depois que quem recebeu não era credor.

(c) Nulo.

(d) Inexistente

(e) Ineficaz.

50) Assinale a assertiva correta.

(a) O Código Civil contém a regra geral de admissão do pagamento em moeda estrangeira.

(b) Se o contrato for firmado por instrumento público, a quitação deve obedecer a essa forma.

(c) Em princípio, a novação do credor com o devedor sem o consentimento do fiador não importa exoneração deste.

(d) Em relação ao lugar do pagamento, se não houver determinação em contrário, a presunção é de que as dívidas sejam pagas no domicílio do devedor.

(e) Chama-se obrigação *quérable*, ou quesível, aquela que deve ser solvida no domicílio do credor.

51) A respeito do adimplemento e extinção das obrigações, considere:

(I) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida se for mais valiosa.

(II) A pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só devedor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.

(III) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisa fungíveis.

(IV) A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.

Está correto o que se afirma APENAS em

(a) I e II.

(b) I, II e IV.

(c) I e III.

(d) II, III e IV.

(e) II e IV.

52) Um produtor rural adquiriu um trator com arado para uso em sua propriedade rústica. De



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

acordo com o Código Civil, tal bem se caracteriza ou se classifica como:

- (a) Bem infungível por natureza
 - (b) Imóvel por determinação legal, como acessão industrial.
 - (c) Benfeitoria necessária
 - (d) Pertença
 - (e) Benfeitoria útil
-

53) Acerca da prova, no âmbito civil, assinale a opção correta.

- (a) No caso de fraude contra credores, a má-fé não pode ser presumida.
 - (b) Se a prova tiver sido obtida por meio ilícito, será vedado ao juiz permitir sua utilização.
 - (c) O fato de uma pessoa ter sido testemunha em determinado contrato não constitui impedimento para que ela testemunhe em juízo, em feitor de natureza civil.
 - (d) Caso o declarante se equivoque sobre a natureza do negócio jurídico, a confissão poderá ser revogada.
 - (e) O testemunho do próprio juiz da causa poderá ser suficiente para a demonstração de culpa em processo civil, desde que o juiz sentenciante o declare na sentença.
-

54) Acerca das normas aplicáveis às associações, entes dotados de personalidade jurídica, assinale a opção INCORRETA.

- (a) Sujeitam-se à dissolução compulsória através de decreto do governador de estado federativo ou do presidente da república, nos termos da lei, conforme a área de atuação.
 - (b) Quando de sua dissolução e liquidação, os valores remanescentes de recursos ou ativos são destinados a outras entidades de fins idênticos ou semelhantes.
 - (c) Entre as pessoas que as constituem inexistente reciprocidade de direitos e de obrigações.
 - (d) Não tem finalidade econômica.
 - (e) A competência para promover modificações estatutárias é da assembléia geral dos associados.
-

55) Considerando as diversas modalidades de obrigações e suas características, assinale a opção correta.

- (a) Em caso de obrigações de dar coisa certa, se a coisa perecer antes do cumprimento da obrigação, o devedor, ainda que não tenha concorrido para o seu perecimento, responderá pelo equivalente, mais perdas e danos.
- (b) Em se tratando de obrigações de não fazer, caso

o devedor pratique o ato a cuja abstenção se tenha obrigado, o credor poderá exigir que ele o desfaga, sob pena de se desfazer à sua custa, obrigando-se o culpado a ressarcir as perdas e danos.

(c) Tratando-se de obrigações de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível, ainda que sem culpa do devedor, este deverá responder por perdas e danos, dado o seu dever de garantir o cumprimento da obrigação.

(d) Nos casos de obrigações alternativas, a escolha caberá ao credor, se os contratantes não estipularem outra coisa, extinguindo-se a obrigação caso todas as prestações se tornarem impossíveis por culpa do credor.

(e) Havendo mora ou recusa do devedor em cumprir obrigação de fazer, independentemente da sua natureza, a obrigação se converterá em perdas e danos.

56) Assinale a assertiva correta.

- (a) O Código Civil contém a regra geral de admissão do pagamento em moeda estrangeira.
 - (b) Firmado o contrato por instrumento público, a quitação, para sua eficácia, deve obedecer à mesma forma.
 - (c) Em princípio, a novação do credor com o devedor sem o consentimento do fiador, não importa exoneração deste.
 - (d) Em relação ao lugar do pagamento, se não houver determinação em contrário, a presunção é de que as dívidas sejam pagas no domicílio do devedor.
 - (e) A novação subjetiva por expromissão não depende, para sua validade, de concordância do credor.
-

57) Assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) Considera-se termo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (b) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- (c) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.
- (d) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (e) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação de negócio jurídico, contado, se tiver havido coação da parte, do dia em que ela cessar e nas situações de erro, dolo, fraude contra



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

credores, estado de perigo ou de lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

58) Com base nas disposições gerais sobre negócio jurídico, assinale a assertiva correta.

- (a) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- (b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (c) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos visando a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a cinquenta vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (d) A validade da declaração de vontade independe de forma especial e de exigência expressa da lei.
- (e) Na declaração de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nela consubstanciada.

59) Aponte dentre as proposições abaixo a opção correta.

- (I) O falso motivo, em regra, vicia a declaração de vontade e torna o negócio jurídico passível de anulação.
 - (II) O dolo acidental, quando afeta a declaração de vontade, desviando-a de sua real intenção, constitui-se em causa para anulação do negócio jurídico ou redução da prestação acordada, a critério da vítima do dolo.
 - (III) A coação, ainda que praticada por terceiro, desde que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável a sua pessoa, a sua família ou a seus bens, torna o negócio jurídico inevitavelmente insubsistente.
 - (IV) O negócio jurídico nulo não é suscetível de conversão ou de convalidamento pelo decurso do tempo.
- (a) Há apenas uma proposição verdadeira.
 - (b) São apenas duas proposições verdadeiras.
 - (c) São três as proposições verdadeiras.
 - (d) Todas as proposições são válidas.
 - (e) Todas as proposições são falsas.

60) Considerados os dispositivos do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (a) O devedor pode opor a todos os credores solidários as exceções pessoais que tiver contra um deles.
- (b) De regra, o julgamento favorável a um dos credores solidários aproveita aos demais credores

vinculados pela mesma cláusula de solidariedade.

- (c) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge todos os demais credores solidários.
- (d) Mesmo que o julgamento favorável a um dos credores solidários seja fundado em exceção pessoal ao credor que o obteve, aproveita aos demais credores solidários.
- (e) A conversão da prestação em perdas e danos faz desaparecer a solidariedade ativa.

GRUPO IV - DIREITO PENAL

Tópicos: Norma Penal. Aplicação da Lei Penal no Tempo e no Espaço. Fato Típico. Ilícitude. Culpabilidade. Concurso de Pessoas. Penas. Extinção da Punibilidade. Ação Penal.

61) Jeca Tatu, um humilde lavrador de baixa escolaridade, foi preso em flagrante nas imediações do município de Duque de Caxias, quando caçava um tatu em meio a uma mata localizada em área de proteção ambiental, enquadrado em tipo penal da Lei 9605/98 (crime contra o meio ambiente). Denunciado, alegou em sua defesa que não sabia que sua conduta era criminosa e que, segundo tradição de seus antepassados, o chá de casco de tatu curava bronquite, doença que vinha atormentando sua mulher.

A tese da defesa configura:

- (a) erro de tipo, que exclui o dolo do crime, mas permite a punição a título de culpa.
- (b) erro de proibição, que exclui, eventualmente, a culpabilidade, por ausência de conhecimento da ilicitude do fato.
- (c) erro de tipo, que exclui a culpabilidade, uma vez que afasta o dolo da conduta.
- (d) erro na execução, uma vez que alcançado resultado diverso do pretendido.
- (e) nenhuma das respostas acima.

62) No tema de embriaguez, pode-se afirmar que:

- (a) A embriaguez fortuita, quando completa, não altera a culpabilidade do autor de fato típico e ilícito.
- (b) A embriaguez culposa, ou voluntária, quando completa, afasta a culpabilidade do autor de fato típico e ilícito.
- (c) A embriaguez culposa ou voluntária jamais afasta a culpabilidade do autor de fato típico e ilícito.
- (d) A embriaguez culposa ou voluntária agrava a pena do autor de fato típico e ilícito.
- (e) Nenhuma das respostas acima.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

63) SIMÃO LEV e PERSIFAL SÁRIO são amigos. PERSIFAL decide arrumar dinheiro com a prática de pequenos assaltos a motoristas parados em sinais de trânsito. Para isso, pede emprestada a arma de fogo de SIMÃO que, de bom grado a empresta, sob a condição de receber uma porcentagem do produto do roubo. No dia seguinte, enquanto aguardava em seu carro o sinal abrir, GINO SCENT foi abordado por PERSIFAL que, encostando a arma de SIMÃO na cabeça do motorista, exigiu deste a entrega de sua carteira, executando o tipo previsto no artigo 157 do Código Penal (roubo). Com base nestes dados, verifique a assertiva CORRETA:

- (a) A autoria do crime deve ser imputada exclusivamente a PERSIFAL, já que foi quem desenvolveu a ação expressa no núcleo do tipo.
 - (b) SIMÃO responde por porte ilegal de arma e PERSIFAL pelo roubo, não se podendo falar em concurso de pessoas, já que não há identidade de condutas.
 - (c) Há concurso de pessoas, embora cada um dos agentes vá responder por crime diverso, na medida de sua culpabilidade.
 - (d) Há concurso de pessoas, e ambos respondem pelo mesmo crime, na medida de sua culpabilidade.
 - (e) Nenhuma das respostas acima.
-

64) OTAVIO LENTO é um notório assaltante. Em determinado dia, aborda um motorista distraído, parado no sinal, apontando-lhe uma arma e exigindo seu relógio de ouro. Logo após fazer a exigência, OTAVIO percebe que o motorista era um conhecido jogador de futebol, herói da torcida. OTAVIO conclui que o roubo pode ser arriscado por conta da notoriedade da vítima e abandona a empreitada criminoso, em fuga. Pergunta-se:

- (a) OTAVIO será beneficiado pelo arrependimento eficaz, na forma do artigo 15, in fine do CP.
 - (b) OTAVIO será beneficiado pela desistência voluntária, na forma do artigo 15, primeira parte, do Código Penal.
 - (c) OTAVIO responderá pela tentativa de roubo, já que iniciada a execução do crime, que só não se consumou por circunstância alheia à sua vontade, qual seja, a fama notória da vítima.
 - (d) OTAVIO se beneficiará do arrependimento posterior, uma vez que não houve prejuízo material à vítima.
 - (e) Trata-se de crime impossível (art. 17 do CP), por impropriedade do objeto, já que a notoriedade da vítima tornaria a consumação do crime impossível, especialmente quando cometido em via pública.
-

65) Leia atentamente as assertivas abaixo e assinale a correta:

- (a) Lei estadual pode criar normas penais, desde que seja lei escrita, estrita e certa, e benéfica ao réu.
 - (b) crimes praticados contra o patrimônio da União, ocorridos fora do território nacional, podem ser alcançados pela lei brasileira, desde que atendidas as condições do § 2º do artigo 7º do CP.
 - (c) A teoria da ubiqüidade ou mista não foi adotada pela lei brasileira na definição de tempo do crime, mas foi adotada para definir o lugar do crime.
 - (d) A teoria da ubiqüidade ou mista não foi adotada pela lei brasileira na definição de lugar do crime, mas foi adotada para definir o tempo do crime.
 - (e) Todas as assertivas acima estão incorretas.
-

(66) Leia atentamente as assertivas abaixo e assinale a CORRETA:

- (a) Todos os fatos ilícitos são também típicos.
 - (b) Todos os fatos ilícitos são também típicos.
 - (c) Fatos ilícitos e culpáveis são, naturalmente, típicos.
 - (d) Os fatos típicos e ilícitos são, naturalmente, culpáveis.
 - (e) Todas as assertivas acima estão incorretas.
-

67) Em razão de uma devastadora epidemia de cólera, o Congresso Nacional decide, dentre outras providências excepcionais, promulgar lei tipificando a conduta de servir e consumir peixes crus em restaurantes, crime este punido com pena de 3 a 6 anos de reclusão. Um ano depois da promulgação da lei, a epidemia é vencida pelos ingentes esforços da saúde pública, e a lei acima referida, revogada. Ocorre que durante a vigência da lei, Fugiro Nakombi, famoso sushiman japonês que reside no Brasil, continuou preparando e servindo seus sushis e sashimis, embora de forma clandestina, em seu restaurante, pelo que veio a ser denunciado, e cujo processo criminal ainda está em curso quando a lei é revogada. Pergunta-se:

- (a) Pelo princípio da retroatividade da lei mais benigna, o processo contra Fugiro deverá ser imediatamente interrompido e extinta sua punibilidade.
- (b) Pelo princípio da ultraatividade da lei excepcional, a conduta de Fugiro continua sendo típica e ilícita e ele pode ainda ser condenado.
- (c) Pelo princípio da ubiqüidade, a conduta de Fugiro continua sendo punível, já que o resultado se concretizou na vigência da norma.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

(d) Pelo princípio da extraterritorialidade condicionada, a conduta de Fugiro só será punível no Brasil se implementadas as condições previstas no §2º do artigo 7º do CP.

(e) Nenhuma das alternativas está correta.

68) Sobre DOLO e CULPA, assinale a alternativa INCORRETA:

(a) Nos crimes dolosos, nem sempre o agente tem a vontade dirigida à produção do resultado.

(b) Na culpa consciente o agente prevê o resultado e não o deseja.

(c) Nos crimes culposos o agente tem vontade na ação.

(c) O dolo direto e o dolo eventual estão formalmente equiparados na lei brasileira.

(e) Na culpa inconsciente o agente desconhece o caráter ilícito de sua conduta.

69) EMA THOMAS foi violentamente agredida por seu marido TADEU MANCADA e levada pelos [vizinhos para o hospital mais próximo. No hospital, a médica plantonista Dra. SARA DORES DA COSTA, recusa-se a atender EMA, já que há inúmeras outras vítimas de balas perdidas decorrentes de violento tiroteio, necessitando cuidados, e o hospital está sem médicos suficientes. EMA morre.

Assinale a alternativa correta:

(a) TADEU responderá por tentativa de homicídio já que a morte de Ema decorreu da omissão da médica plantonista.

(b) A Dra. SARA não cometeu fato típico, pois está acobertada pela excludente de tipicidade do estado de necessidade.

(c) A situação precária do hospital e o tiroteio são causas supervenientes relativamente independentes que excluem a imputação de TADEU.

(c) A Dra. SARA cometeu fato típico, porém excluída a ilicitude em decorrência de legítima defesa de terceiros.

(e) Nenhuma alternativa acima está correta.

70) TOD BOBEIRA, desempregado, resolve viajar ao Paraguai para de lá trazer alguma “muamba” a ser vendida no Brasil. Lá chegando, adquire nas ruas de Ciudad del Leste, 10 caixas de whisky escocês para vender no Brasil. Ao atravessar a fronteira, na Ponte da Amizade, foi preso como autor do crime de descaminho (art. 334 do CP). Todavia, levada à perícia a mercadoria, verificou-se que, em vez de whisky, as garrafas estavam

cheias água suja. Analisando tais fatos, assinale a resposta correta:

(a) TOD responderá pelo crime na forma tentada, já que não conseguiu consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade.

(b) TOD não responderá por crime algum, já que se trata de crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.

(c) Opera em favor de TOD a excludente do exercício regular de um direito, uma vez que portar água suja não é ilícito.

(d) TOD não poderá responder por nada, já que a presença da água suja no lugar do whisky é causa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado.

(e) TOD está em erro de tipo que exclui seu dolo, na forma do artigo 20 do CP.

71) Em caso de concurso de crimes, a prescrição incidirá:

(a) no caso de concurso material, sobre o total alcançado a partir da soma das penas;

(b) isoladamente sobre a pena de cada crime, no caso de concurso material;

(c) isoladamente sobre a pena de cada crime, exclusivamente no caso de concurso formal;

(d) sempre, isoladamente, sobre a pena de cada um dos crimes;

(e) nenhuma das alternativas acima

72) Sobre as penas restritivas de direitos, é absolutamente correto afirmar que são dessa espécie:

(a) perda de bens e valores; multa e prestação de serviços à comunidade.

(b) internação em Casa de Custódia; recolhimento domiciliar e prestação pecuniária.

(c) prestação pecuniária; perda de bens e valores e limitação de fins de semana.

(d) limitação de fim de semana; permissão para saída temporária e internação em colônia agrícola.

(e) cesta básica; prestação pecuniária e multa.

73) Sobre a ação penal, assinale a alternativa INCORRETA:

(a) Diz-se que uma ação penal é privada quando a lei expressamente a declara e apenas o ofendido ou quem tenha a qualidade de representá-lo pode propô-la mediante queixa.

(b) Sendo o Ministério Público o titular da ação penal, somente ele, em todas as hipóteses de ação penal pública, é quem pode propô-la, sendo inviável a substituição de titularidade.



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

(c) A ação penal pública é de titularidade exclusiva do Ministério Público e não depende jamais de qualquer representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.

(d) Pode haver ação de iniciativa privada nos crimes de ação penal pública se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, quando se dará a ação penal privada subsidiária.

(e) A ação penal pública incondicionada não sofre qualquer interferência do instituto da decadência.

74) OLAVO AMÃO descobre, para seu desalento, que EMA REGINA, sua esposa, o traía com BIG RICHARD, o entregador de pizzas. Tomado de insuportável ciúme, decide matar EMA. Sem coragem para fazê-lo, incumbe seu mais fiel empregado, GILSAN GUIBON, a quem paga a quantia de dois mil reais, de atirar na esposa. O crime é executado. Pergunta-se:

(a) GILSAN é o autor do crime e OLAVO é partícipe, já que instigou GILSAN a executá-lo.

(b) GILSAN é partícipe de OLAVO, já que prestou-lhe auxílio para a execução do crime.

(c) OLAVO e GILSAN são coautores do crime.

(d) OLAVO é autor mediato do crime, enquanto GILSAN não responde pelo crime porque estava em obediência hierárquica (art. 22 do CP).

(e) Nenhuma das respostas acima.

75) Sobre o tema da prescrição, é correto afirmar que:

(a) a lei atual não mais prevê a prescrição da pretensão executória

(b) a lei atual não mais prevê a prescrição retroativa

(c) a lei atual não mais prevê prescrição entre o fato e o recebimento da denúncia

(d) a lei atual não mais prevê a prescrição retroativa entre o fato e o recebimento da denúncia

(e) nenhuma das alternativas anteriores.

76) Em 10/11/2007 SIMÃO LEV cometeu um furto (art. 155 do CP). Foi denunciado em 12/11/2008, denúncia esta que foi recebida em 17/11/2008. A sentença condenatória foi publicada em 18/11/2012, condenando-o a uma pena de 2 anos de detenção, substituída por penas alternativas. Com base nestes dados, pode-se dizer que:

(a) Ocorreu a prescrição da pretensão executória, já que entre o fato e a sentença condenatória passaram-se mais de 04 anos.

(b) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva da pena privativa de liberdade, mas ele ainda terá que

cumprir as penas alternativas que se submetem a regime prescricional diverso.

(c) Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, já entre o fato e o recebimento da denúncia transcorreu prazo inferior a 04 anos.

(d) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, eis que entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória transcorreu prazo superior a 04 anos.

(e) Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, já que esta estava suspensa pelo recebimento da denúncia.

77) Em tema de Medidas de Segurança pode-se dizer que:

(a) podem ser impostas a autores de fatos típicos e ilícitos, porém não culpáveis, quando ausente a imputabilidade por qualquer das razões previstas no artigo 22 do CP.

(b) podem ser impostas a autores de fatos típicos, e as causas excludentes de ilicitude não as impedem.

(c) não podem ser impostas quando ausente a culpabilidade do agente.

(d) podem ser impostas a autores de fatos típicos, ilícitos e culpáveis, quando presente a periculosidade.

(e) podem ser impostas a agentes inimputáveis, mas somente quando forem culpáveis.

78) São causas extintivas da punibilidade:

(a) a *abolitio criminis*, a legítima defesa e a prescrição.

(b) a *abolitio criminis*, a decadência e a prescrição.

(c) a *abolitio criminis*, o erro de tipo e a prescrição.

(d) a *abolitio criminis*, a doença mental e a prescrição.

(e) a *abolitio criminis*, o erro de proibição e a prescrição.

79) Quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se:

(a) Não há crime.

(b) Há crime, mas não há dolo.

(c) Há crime e pode haver dolo, mas o fato é impune.

(d) Há crime, pode haver dolo e o fato pode ser punível se for típico.

(e) nenhuma das alternativas acima.

80) A inexigibilidade de conduta conforme o direito é considerada pela doutrina como:

(a) causa excludente da tipicidade



**13º CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL
DA REPÚBLICA 2º REGIÃO, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS
MUNICÍPIOS.**

- (b) causa excludente da ilicitude
 - (c) causa dirimente da culpabilidade
 - (d) causa extintiva da punibilidade
 - (e) irrelevante penal.
-

REDAÇÃO

Segundo o capítulo IV. DAS PROVAS, item 3.do Edital de Abertura do 13º Concurso, a prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo sobre tema de ordem geral, de **até 30 linhas**. O texto será avaliado quanto ao domínio da modalidade escrita (grafia/acentuação, morfossintaxe/pontuação e propriedade vocabular), à apresentação e à estrutura textuais e ao desenvolvimento do tema.

Leia o trecho abaixo, que tem caráter meramente motivador, e, com base na atual discussão acerca da temática ambiental, redija texto dissertativo.

“O homem transformou-se ao longo da história em um terrível fazedor de desertos.”

Euclides da Cunha

13° CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA 2ª REGIÃO,
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS.

RASCUNHO PARA A REDAÇÃO

Está página poderá ser destacada e levada pelo candidato

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
18
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30